

CORPO DELIBERATIVO

Presidente	Conselheiro Flávio Esgaib Kayatt
Vice-Presidente	Conselheiro Jerson Domingos
Corregedor-Geral	Conselheiro Marcio Campos Monteiro
Conselheiro	Iran Coelho das Neves
Conselheiro	Waldir Neves Barbosa
Conselheiro	Ronaldo Chadid <i>Cons. Substituto Leandro Lobo Ribeiro Pimentel - Ato Convocatório n. 002, de 05/01/2023</i>
Conselheiro	Osmar Domingues Jeronymo

1ª CÂMARA

Conselheiro	Jerson Domingos
Conselheiro	Osmar Domingues Jeronymo
Conselheiro	Ronaldo Chadid

Cons. Substituto Leandro Lobo Ribeiro Pimentel - Ato Convocatório n. 002, de 05/01/2023

2ª CÂMARA

Conselheiro	Waldir Neves Barbosa
Conselheiro	Marcio Campos Monteiro
Conselheiro	Iran Coelho das Neves

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

Coordenador	Conselheiro Substituto Leandro Lobo Ribeiro Pimentel
Subcoordenadora	Conselheira Substituta Patrícia Sarmiento dos Santos
Conselheiro Substituto	Célio Lima de Oliveira

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Procurador-Geral de Contas	João Antônio de Oliveira Martins Júnior
Procurador-Geral Adjunto	Matheus Henrique Pleutim de Miranda
Corregedor-Geral	Procurador de Contas Substituto Joder Bessa e Silva
Corregedor-Geral Substituto	Procurador de Contas Substituto Bryan Lucas Reichert Palmeira

SUMÁRIO

ATOS DE CONTROLE EXTERNO	2
--------------------------------	---

LEGISLAÇÃO

Lei Orgânica do TCE-MS.....	Lei Complementar nº 160, de 2 de Janeiro de 2012
Regimento Interno.....	Resolução nº 98/2018



ATOS DE CONTROLE EXTERNO**Juízo Singular****Conselheiro Iran Coelho das Neves****Decisão Singular Interlocutória****DECISÃO SINGULAR INTERLOCUTÓRIA DSI - G.ICN - 129/2025****PROCESSO TC/MS:** TC/3924/2025**PROCOLO:** 2806292**ÓRGÃO:** AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO**JURISDICIONADO:** RODRIGO ROSSI MAIORCHINI**CARGO DO JURISDICIONADO:****TIPO DE PROCESSO:** CONTROLE PRÉVIO**RELATOR:** Cons. IRAN COELHO DAS NEVES

CONTROLE PRÉVIO. PREGÃO ELETRÔNICO N.º 003/2024. AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO – AGEPEN/MS. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PREPARO E FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO. MEDIDA CAUTELAR. IRREGULARIDADES GRAVES. DEFERIMENTO.

I - DO RELATÓRIO

Os autos versam sobre a análise do procedimento licitatório Pregão Eletrônico n.003/2024 – Processo n. 31/011.227/2024, promovido pela Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul - AGEPEN, por meio da Superintendência Operacional de Contratações – SUOC/SEL/SAD/MS, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de preparo, fornecimento, transporte e distribuição de alimentação pronta, no valor estimado de R\$ 94.837.223,24 (noventa e quatro milhões, oitocentos e trinta e sete mil, duzentos e vinte e três reais e vinte e quatro centavos), que ocorrerá no dia **05/09/2025**.

A Divisão de Fiscalização de Licitações, Contratações e Parcerias deste Tribunal, em sua análise ANA-DFCONTRATAÇÕES-6171/2025, apontou diversas irregularidades que podem comprometer a lisura e a vantajosidade da contratação para a Administração Pública, são elas:

PONTOS DE CONTROLE	CRITÉRIOS
3.1 ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR	
3.1.1 Levantamento de mercado insuficiente	Art. 18, §1º, V da Lei 14.133/2021
3.1.2 Estimativa de quantitativo projetado deficiente	Art. 18, §1º, IV da Lei 14.133/2021
3.2 TERMO DE REFERÊNCIA	
3.2.1 Exigência de comprovação de regularidade fiscal incompatível com o objeto licitado	Art. 37, XXI da Constituição Federal; art. 4º, XIII; art. 5º e art. 68, III, todos da Lei n. 14.133/2021 c/c art. 193 da Lei n. 5.172/1966;
3.3 EDITAL	
3.3.1 Programa de integridade	Art. 11 da Lei Estadual n. 6.134/2023;
3.4 AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS DE REMESSA OBRIGATÓRIA	
3.4.1 Ausência de envio dos anexos ao edital	Item 14.1, C-8, da Resolução 88/2018 TCE/MS

Apontou ser hipótese passível de concessão de medida cautelar pelo Tribunal para sanear as irregularidades.

II - DA FUNDAMENTAÇÃO

Da análise dos autos, com especial atenção ao Estudo Técnico Preliminar (ETP) e ao Termo de Referência (TR), bem como ao Parecer Jurídico PGE/MS/CJUR-SEL/Nº 045/2024, foram identificadas as seguintes irregularidades:

2.1. Planejamento Deficiente

O Estudo Técnico Preliminar (ETP) não apresenta uma análise comparativa aprofundada das soluções de mercado disponíveis, limitando-se a descrevê-las sem demonstrar, com dados concretos, a economicidade da solução mista escolhida em detrimento das demais.



A ausência de tal comparativo impede a verificação da vantajosidade da opção adotada pela Administração.

2.2. Análise de Riscos Genérica

A análise de riscos apresentada no ETP é considerada genérica, o que pode comprometer o sucesso da contratação, uma vez que não identifica e não propõe medidas de mitigação para riscos específicos do objeto licitado.

2.3. Exigências de Habilitação Técnica Inadequadas

O edital exige atestados de capacidade técnica que não guardam relação direta com o objeto da licitação, como a exigência de experiência em "coffee break" para um contrato de fornecimento de refeições em grande escala para o sistema prisional. Além disso, a exigência de alvará de licença sanitária para atividades não relacionadas ao preparo de alimentos impõe ônus indevido aos licitantes e restringe a competitividade.

2.4. Ausência de Individualização de Medidores de Água e Energia

O ETP aponta a problemática da ausência de medidores individualizados de consumo de água e energia nas unidades prisionais onde as cozinhas serão instaladas, o que acarreta custos para a AGEPEN que deveriam ser arcados pela empresa contratada. Tal fato fere o princípio da isonomia entre os licitantes e pode gerar dano ao erário.

2.5. Ausência de Previsão de Programa de Integridade

O edital não prevê a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pela empresa contratada, em desacordo com o art. 25, § 4º da Lei n. 14.133/2021 e a Lei Estadual n. 6.134/2023, sendo a contratação de grande vulto.

Pois bem, com base nessa premissa, entendo que a licitação deve ser **suspensa**. Explico.

A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 18, §1º, estabelece a obrigatoriedade do Estudo Técnico Preliminar (ETP) como documento essencial da fase preparatória, devendo este evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução.

A ausência de uma análise aprofundada e comparativa das soluções de mercado, bem como de uma análise de riscos adequada, macula o planejamento da contratação e pode levar a uma contratação antieconômica e ineficiente.

Ademais, as exigências de habilitação devem ser pertinentes e compatíveis com o objeto licitado, sob pena de restrição indevida à competitividade, em afronta ao art. 37, XXI, da Constituição Federal.

A questão da individualização dos medidores de água e energia já foi objeto de Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) proposto por este Tribunal, o que demonstra a gravidade e a necessidade de regularização da matéria para evitar prejuízos ao erário.

Por fim, a ausência de previsão do programa de integridade contraria expressa disposição legal, o que vicia o edital.

IV - DA MEDIDA CAUTELAR

O *fumus boni iuris* está caracterizado pelas irregularidades apontadas, que demonstram a probabilidade do direito e o risco de uma contratação irregular e desvantajosa para a Administração.

O *periculum in mora* reside na iminência da realização da sessão pública para o recebimento das propostas, o que poderia consolidar as irregularidades e gerar prejuízos de difícil reparação ao erário.

V – DECISÃO

Diante do exposto, com fundamento no art. 56 da Lei Complementar Estadual n. 160/2012 e no art. 151, §1º, do Regimento Interno deste Tribunal, **CONCEDO A LIMINAR** pleiteada pela Divisão de Fiscalização de Contratações Públicas, com fulcro nos artigos 56 e 57, I da Lei Complementar Estadual nº 160/2012 c/c o art. 152, I, do RITCE/MS, nas seguintes condições:

a) determinar que a Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul - AGEPEN, por meio da Superintendência Operacional de Contratações – SUOC/SEL/SAD/MS adote providências **imediatas**, para corrigir as falhas apontadas, fixando multa de **300** (trezentas) UFERMS, em caso de descumprimento da decisão (art. 44, I e art. 45, I, da LC nº 160/12);



- b) **FACULTA-SE** ao responsável a tomada das correções necessárias com vista a sanar as irregularidades apontadas, com fulcro na Súmula 473 do STF, em sede de autotutela;
- c) Determinar que no prazo de **05** (cinco) dias úteis o responsável **encaminhe a documentação referente às providências para a correção das irregularidades**;
- d) No mesmo prazo, manifeste-se o Sr. **RODRIGO ROSSI MAIORCHINI**, sobre o conteúdo da matéria ventilada no *decisum* bem como na análise de peça nº. 19 e tudo o mais que entender pertinente para uma ampla averiguação do feito;
- e) Dada a urgência da medida cautelar, com fulcro no art. 2º, §7º da Resolução TCE/MS nº 85/2018, que regula a intimação por via eletrônica, determino a Unidade de Serviço Cartorial que proceda à **comunicação do decisum via contato telefônico e e-mail, com certificação nos autos**, para que a autoridade responsável tome conhecimento imediato das determinações e comprove o seu cumprimento;
- f) **INTIME-SE**, via cartório que certificará o prazo e o cumprimento da intimação, sobre o teor desta decisão liminar;
- g) **PUBLIQUE-SE** esta decisão no Diário Oficial Eletrônico do TCE/MS;
- h) Cumprida as providências acima e após o retorno do processo em tela, voltem-me para ulteriores deliberações, **em caráter prioritário** (art. 149, § 3º, II, do RITC/MS).

Campo Grande/MS, 03 de setembro de 2025.

CONS. IRAN COELHO DAS NEVES
RELATOR

